

# Boletim Informativo

## Projeto de Extensão Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano:

### necessidades radicais e utopia

Edição nº 1, 16 de maio de 2020

*Rafael Faleiros de Padua\**

**E**ste informativo tem por objetivo divulgar as ações do Projeto de Extensão “Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano: necessidades radicais e utopia” (PROBEX 2020/UFPB), cujas atividades, neste momento de isolamento social reiteradamente necessário, foram modificadas, no intuito de atuar junto aos movimentos e instituições que trabalham na luta por direitos sociais em tempos tão difíceis.

A noção de “Direito à Cidade” que nos inspira é um horizonte utópico que está direcionado para a cidade enquanto lugar da realização plena da vida em todas as suas dimensões. Em tempos de pandemia, cujos efeitos atingem de modo mais brutal os lugares de vida dos mais pobres, o olhar precisa ser direcionado para o primeiro direito a ser garantido, para que, a partir dele, possamos pensar as possibilidades de avançar para uma cidade enquanto direito de si mesma, onde a apropriação concreta do espaço seja uma possibilidade posta a todos os seus moradores.

A pandemia, ao avançar nas cidades e chegar aos bairros mais pobres, aprofunda as contradições sociais já gritantes em nossa realidade, expondo que grande parte da população dos bairros periféricos, ocupações, favelas etc., não têm sequer o direito de se proteger da infecção do vírus e, portanto, se encontram diante do fato de que nem o direito inviolável à vida está garantido à todos(as). É a partir desta premissa que pretendemos pensar, construir e divulgar as atividades que realizamos em direção a um debate mais concreto sobre a busca pelo direito à cidade junto aos movimentos sociais reunidos no FERURB-PB (Fórum Estadual da Reforma Urbana da Paraíba), Ministério Público Federal (MPF) e Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.

Foi neste intuito que, ainda na primeira semana do mês de maio do ano que se segue, elaboramos um

questionário com divulgação em vários canais de comunicação, com o objetivo de recolher dados sobre a realidade das periferias, dos bairros pobres, favelas e ocupações neste momento de avanço da pandemia. Para tanto, obtivemos 184 respostas, oportunidade em que gostaríamos também de agradecer a todos(as) que nos ajudaram respondendo o questionário.

Em que pese o fato de termos obtido respostas de bairros variados, a grande maioria foi de bairros periféricos, e a partir delas pudemos construir uma interpretação preliminar a partir de algumas recorrências. Mesmo que a amostragem não seja tão extensa, há elementos qualitativos que também merecem destaque, tanto para evidenciar problemas em larga escala com relação ao enfrentamento ao contágio do Covid-19 nesses bairros, quanto para identificar as ações de solidariedade que estão na linha de frente deste enfrentamento, prestando auxílio de diversas formas, como a distribuindo de alimentos, produtos de higiene, de proteção sanitária e de limpeza e conduzindo políticas de conscientização extremamente junto aos moradores.

O questionário elaborado, divulgado e trabalhado na última semana forneceu dados que permitem apontamentos necessários sobre as questões urgentes que ali se colocam. Além do questionário, também foram recolhidos dados através de relatos de moradores das comunidades e bairros Santa Clara, São Rafael, São José, Tibiri (Santa Rita) e Colinas do Sul. Assim, os dados recolhidos foram preliminarmente trabalhados e uma apresentação ainda em caráter de esboço será apresentada a seguir neste informativo, cujo intuito é alcançar uma periodicidade, de acordo com o avanço/contenção da pandemia e os esforços dos colaboradores integrantes do projeto, na busca pelo fomento de ações de conscientização e alcance do maior público possível.

# Coronavírus e o novo genocídio no Brasil

*Maria Tatiana Pinho da Silva Santos\**

**M**inimizado por uns e temido por outros, o fato é que o coronavírus tem causado bastante alarde. Este vírus tem dimensões tão pequenas que são apenas observáveis ao microscópio eletrônico. Contudo, sua reprodução acelerada ao dominar células hospedeira o torna extremamente danoso para o ser humano, pois causa infecções graves, levando muitas vezes ao óbito.

Mike Davis, um urbanista norte-americano, escreveu recentemente sobre a comparação entre esse vírus e a gripe espanhola, concluindo que a gripe espanhola nos países mais pobres tinha um perfil diferente. Não foi o vírus em si que matou a população mais pobre, mas a escassez de alimentos que levou dezenas de pessoas pobres à beira da inanição. Eles se tornaram vítimas de uma sinistra sinergia entre a desnutrição – que suprimiu sua resposta imunológica à infecção e produziu uma inflamação bacteriana, bem como uma pneumonia viral. Ou seja, uma doença, uma mazel, em uma sociedade já desestruturada é uma porta aberta para a tragédia. Uma tragédia anunciada.

O fato da concentração de renda estar nas mãos de poucos, como mostram os dados do Relatório Social Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que a pobreza continua a aumentar no mundo, principalmente nos países periféricos, assevera que a pandemia poderá ser fatal e exterminar majoritariamente as populações carentes, uma vez que poucos recursos resultam em poucas possibilidades. Nesta esteira, é possível considerar que, quando se trata do Brasil, e nos debruçamos sobre sua “necropolítica”, tudo fica mais evidente. Esse conceito foi desenvolvido em 2003 pelo intelectual camaronense Achille Mbembe, que questiona os limites da soberania do Estado na escolha de quem deve viver e quem deve morrer. Insistir no argumento que é preciso privilegiar o funcionamento da economia em detrimento das medidas de isolamento social é uma forma de necropolítica, posto que, quem vai se arriscar nos postos de trabalho são os trabalhadores pobres.

É uma crise desigual, esse surto expôs instanta-

neamente a divisão de classes. Temos uma parcela da população que pode trabalhar, administrar ou ter acesso à educação de casa e estão confortavelmente isolados, desde que sigam salvaguardas prudente, no entanto, outros grupos de trabalhadores terão de fazer escolhas difíceis entre renda e proteção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores informais, trabalhadores rurais, desempregados e pessoas em situação de rua estão sendo submetidos à infecção pelo vírus.

David Harvey, geógrafo britânico que também trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana nos diz que; as forças de trabalho, na maioria das partes do mundo foram socializadas para se comportarem como bons sujeitos neoliberais (o que significa culpar a si mesmos ou a Deus se algo de ruim acontecer, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema). Mas, mesmo os bons sujeitos neoliberais podem ver que há algo errado com a forma como a pandemia está sendo enfrentada. O que esta pandemia nos lembra, mais do que nos ensina, é o que muitos outros estudos epidemiológicos anteriores nos ensinaram nas décadas anteriores, e que foram negligenciados por ditos “governantes”; é a situação dos trabalhadores e das pessoas em situações de vulnerabilidade, principalmente ao se tratar de uma doença contagiosa.

Neste contexto, como há outros interesses que antecipam a vida do seu semelhante, medidas são tomadas tardiamente. Além disso, temos em nosso país, uma parte da população guiada por seu presidente, de caráter negacionista (negam a quarentena) com a percepção de estar fora de perigo, e tem como base uma crença dessas pessoas de que são excepcionais, fora de grupos de riscos, já que são privilegiados (poder aquisitivo alto e acesso aos planos de saúde privado).

Voltemos ao que interessa, ou melhor, quem nos interessa nessa pesquisa; a população menos abastada. Depois de muita pressão, o auxílio emergencial foi sancionado pelo Presidente no início do mês de abril, sendo uma das principais medidas adotadas pelo Brasil de combate aos efeitos da pandemia. Po-

rém não eficaz. Até o momento muitos brasileiros nem obtiveram respostas á respeito de sua solicitação para o auxílio “emergencial”. Destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, desempregados, contribuintes individuais da previdência social e a pessoas que pertençam a famílias cuja renda mensal não ultrapasse meio salário mínimo ou de renda familiar total de até três salários mínimos. Embora a própria existência do programa parta do pressuposto da existência dessas vulnerabilidades, o acesso a ele se dá, em um país no qual 30% da população não tem acesso à internet, por meio de um aplicativo de smartphone. Uma política de assistência que não estuda ou percebe como é a realidade dos seus assistidos.

Pois bem, ao adotarem uma medida, esqueceu-se de vários fatores, dentre eles, o grupo hipervulnerável muito presente no Brasil – o da população em situação de rua. O auxílio emergencial “exige” um smartphone e um CPF, e isso se torna um obstáculo. Quando se trata de um programa estatal que visa os mais vulneráveis, as pessoas em situação de rua figuram em uma posição desvantajosa em relação aos demais beneficiados. E não apenas esse grupo, há muitos que não possuem tais recursos, mas necessitam de tal auxílio.

Há uma negligência estatal em tempos de normalidade que acentua as vulnerabilidades em momentos de crise, isto é, a ausência de uma rede sólida de proteção social dificulta a atuação em momentos de emergência, como no caso da atual pandemia. O que já é muito conhecido no Brasil se agrava em governos que privilegiam o Estado Mínimo. Não obstante o caos, casos de fraudes foram confirmados oficialmente entre tantos comentados. O Ministério da Defesa informou que 73.242 militares das Forças Armadas receberam indevidamente o auxílio emergencial. Ou seja, os critérios adotados, ou solicitações avaliadas, não garantem uma justa seleção, nos fazendo criar outros questionamentos referentes ao recebimento do auxílio. Por que um grupo tem acesso e outro não? Qual é a garantia proposta por esse governo do direito á vida?

O que vai nos matar, como já citado no início do texto, será a precarização da vida, as condições cotidianas em que a maioria mais pobre vive, que até então, antes da pandemia aos “trancos e barrancos” seguia, sem despertar muita comoção social, mas agora com um algoz minúsculo que contagia, multiplica e mata rapidamente. Por certo, esse Covid tem aliados tanto quanto patológicos na indústria da morte...Um governo perverso, num país periférico adotando uma

doutrina neoliberal, somado a ações e omissões do presidente da República, provavelmente transformará essa pandemia em uma máquina de matar pobres, tão conhecida na historiografia desse Brasil.

### Referências:

Bruna Soloina Monteiro Machado, Marcos Vinícius Fernandes Gonçalves e Maria Fernanda Gomes Arcanjo, « Neoliberalismo em tempos de coronavírus ou coronavírus em tempos de neoliberalismo? », Espaço e Economia [Online], 18 | 2020, posto online no dia 18 abril 2020, consultado o 15 maio 2020. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/12379>

DAVIS, Mike, et al. Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>.

Site: <https://www.saude.gov.br/noticias> acessado em 12/05/2020.

# Enfrentamento do covid-19 no Nordeste

*Maria Tatiana Pinho da Silva Santos\**

No dia 25 de março do corrente ano, os governadores dos nove estados do nordeste, após uma conferência, pediram providências ao poder executivo nacional com relação à economia do País, reforçando o ideário de que continuarão tomando medidas preventivas à disseminação do coronavírus. Nesta carta os governadores exaltam ainda sua frustração com o “posicionamento agressivo da Presidência da República, que deveria exercer o seu papel de liderança e coalização em nome do Brasil”. Diante dessa elevação de tom em oposição a Bolsonaro, cada governo está buscando minimizar a propagação do covid-19.

Miguel Nicolelis, neurocientista, e, Sérgio Rezendes, Físico e professor universitário, ambos reconhecidos internacionalmente, estão coordenando uma comissão científica de assessoramento ao Consórcio Nordeste para assuntos de coronavírus. O referido consórcio é uma iniciativa inovadora no Brasil, uma parceria entre todos os governadores da região para tratar de comércio de bens e serviços e outros assuntos de interesse comum. Trata-se, ainda, de uma cooperação entre os estados para realizar editais de compra em bloco de produtos e serviços – sobretudo serviços como saúde, educação e segurança pública – de modo a amenizar a concorrência entre eles e baratear os custos das compras. Diante de um assunto tão sério como a pandemia, foi criado o aludido comitê científico como uma espécie de força-tarefa para combater o COVID-19.

Nessa quarta-feira, dia 13 de maio, o Diário Oficial do Estado da Paraíba tornou pública a sanção da lei 11.686/2020, que autoriza o Estado a internar pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) em hospitais particulares em períodos de decreto de calamidade pública por endemias. Além disso, o Governador do estado participou na quinta-feira, dia 14 de maio, de uma videoconferência com os prefeitos da Região Metropolitana de João Pessoa, ocasião em que ficou definido que o Governo da Paraíba e as gestões municipais apresentarão nos próximos dias um plano de ação que visa ampliar as medidas de isolamento social para conter uma maior propagação do coronavírus nos municípios, que concentram mais de 70% dos casos da doença no estado. O plano previsto deve abranger a restrição de circulação de pessoas e de veí-

culos; obrigatoriedade do uso de máscaras; campanha de comunicação; além de ações sociais voltadas para as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Temos o maior sistema de acesso universal à saúde do planeta, referência internacional, mas, políticas de austeridade, ausência de prioridade política e pública, propaganda ideológica para favorecer uma privatização desafortunada, entre outros aspectos, são ataques altamente recorrentes e prejudiciais para algo tão necessário no Brasil. Essas dificuldades refletem a insatisfação dos brasileiros quanto ao sistema de saúde público do país, a superlotação nos postos de atendimento, que não oferecem a quantidade suficiente de leitos aos pacientes principalmente agora na pandemia. Além disso, a demora no atendimento é um problema também recorrente mesmo com a hierarquização de triagem priorizando urgência ao diagnóstico e à prevenção.

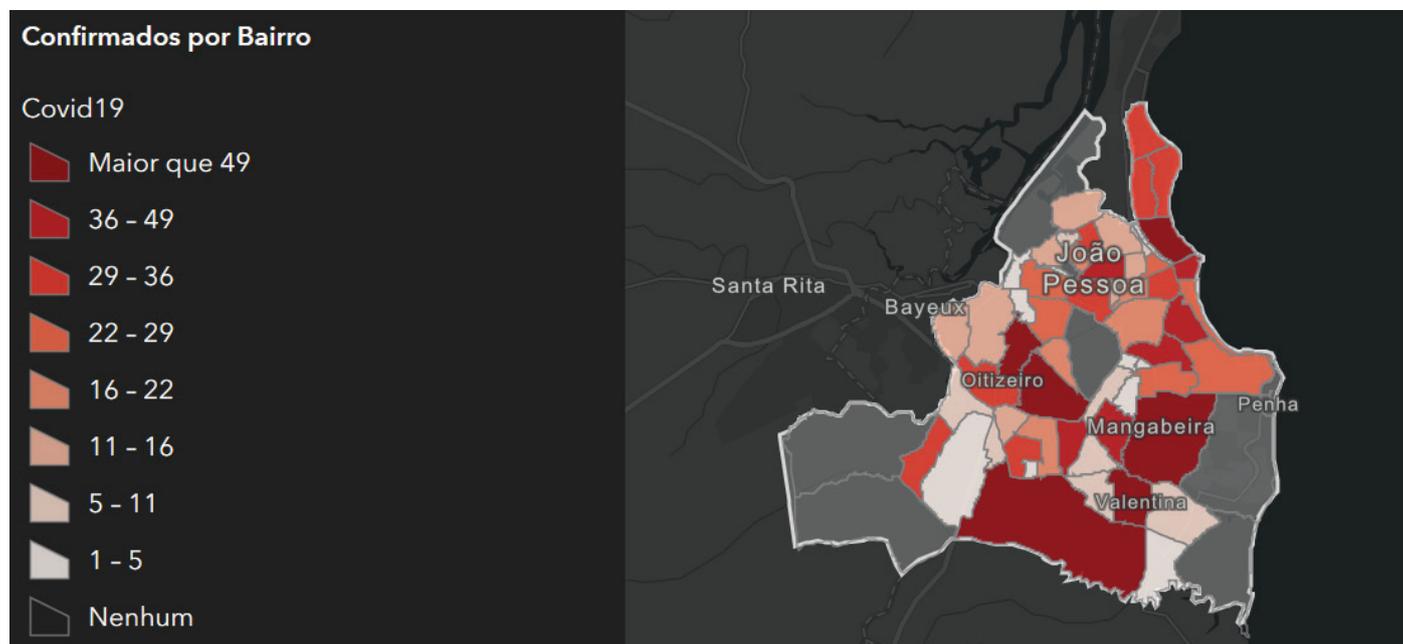
Contudo, é importante reconhecer a importância do SUS neste momento, e por mais que sua estrutura atual deixe a desejar, é ela quem auxilia e vai auxiliar e garantir muitas vezes a sobrevivência da população mais pobre. Enquanto em outros países os exames de diagnóstico do coronavírus são pagos, o Brasil oferece gratuitamente esse serviço através do SUS. Nosso sistema precário e subjulgado será nossa salvação.

O atual governo brasileiro tem como meta vender dezenas de estatais e subsidiárias até o fim de seu mandato eletivo. O principal objetivo do programa proposto pelo ministro da Economia é reduzir o tamanho do Estado. Ora, seguir uma cartilha neoliberal em um país como o Brasil, que sequer conseguiu diminuir suas desigualdades, tendo ainda inúmeras particularidades de cunho social, uma vez que para boa parte de sua população o Estado já é mais que mínimo e isso será tão devastador e brutal como o coronavírus em países desenvolvidos com um sistema de saúde privado. Nesta esteira, importante trazer a baila que, ser patriota, por óbvio, é aquele que ama a pátria (toda sua extensão) e, em contrapartida, esta lhe presta serviços.

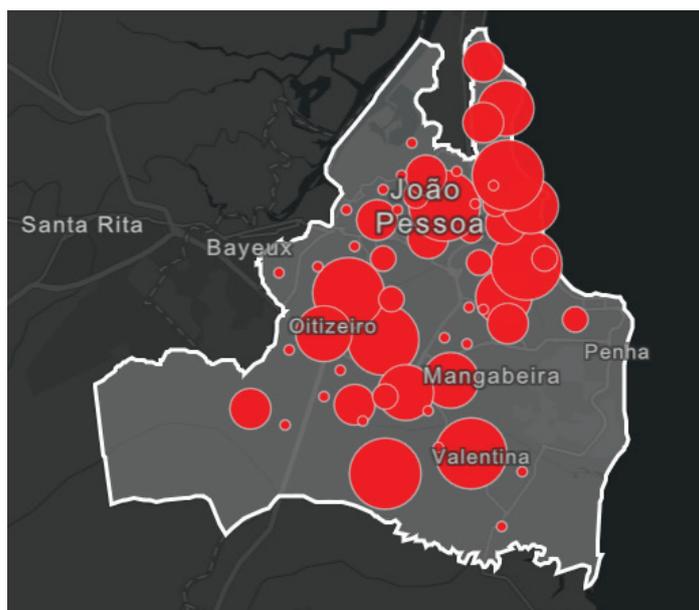
Referência:

<https://paraiba.pb.gov.br/>

# João Pessoa tem 1.451 casos confirmados de Covid-19



**Com 105 casos de coronavírus, Mangabeira é o bairro mais atingido**



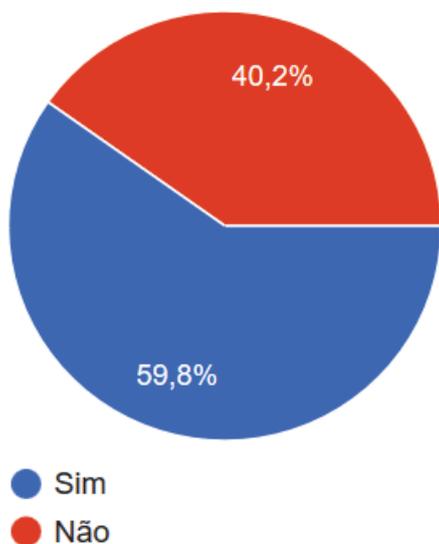
# Dados do questionário

Rafael Faleiros de Padua\*

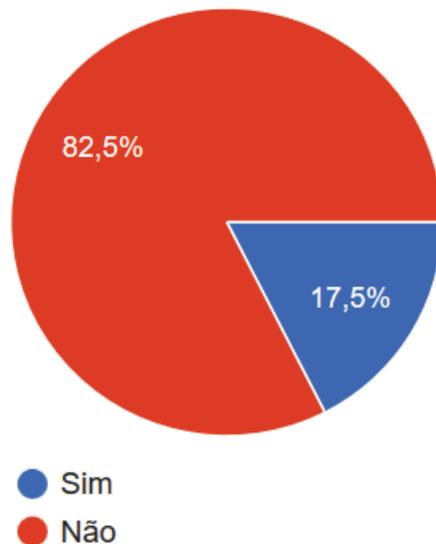
Apresentamos abaixo algumas análises possíveis dos dados recolhidos no questionário aplicado entre os dias 7 e 15 de maio. Nesse momento em que o número de infectados do Covid-19 alcança 1451 casos confirmados e se distribui por todas as regiões da cidade de João Pessoa, Em Santa Rita são 271, Cabedelo 164 e Bayeux 76, e 3361 casos confirmados em todo o Estado da Paraíba (dados consultados no site da Secretaria da Saúde do Estado da Paraíba em 15/05/2020), os dados aqui recolhidos e sistematizados podem indicar algumas questões sobre o avan-

ço da pandemia e sobre o enfrentamento a ela nos bairros periféricos. O total de respostas foi de 184, sendo que dessas uma pequena parte que é referente a bairros como Manaíra, Tambaú e Bancários, onde a condição socioeconômica da maioria da população não é de pobreza. Com as limitações do questionário, tendo em vista essa observação acima, os dados revelariam uma situação ainda mais preocupante nos bairros mais pobres, pois os dados desses bairros estão computados no mesmo conjunto dos outros bairros de população mais rica.

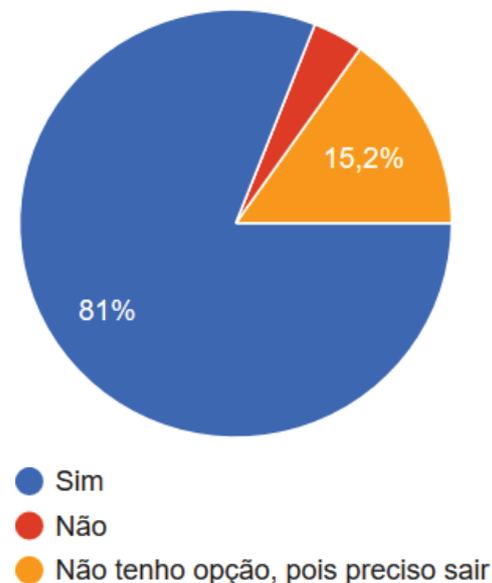
## Você está empregado(a)?



## Está saindo de casa para trabalhar?



## Você está respeitando o isolamento social?

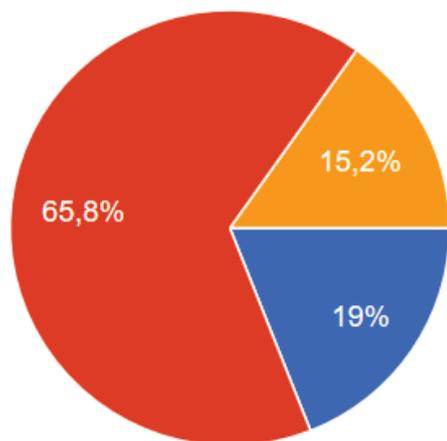


Os três gráficos acima revelam que grande parte dos pesquisados estão empregados e podendo respeitar o isolamento social. No entanto, uma parte significativa (40%) se encontra desempregada e tomando todos os dados em conjunto 3,8% não estão fazendo o isolamento e 15,2% não pode fazer o isolamento social e têm que sair de casa.

Os próximos gráficos mostram questões importantes para pensarmos, pois tratam da conscientização sobre o enfrentamento à pandemia e sobre o próprio modo que a população vem enfrentando essa realidade. No primeiro gráfico, mostra que os moradores

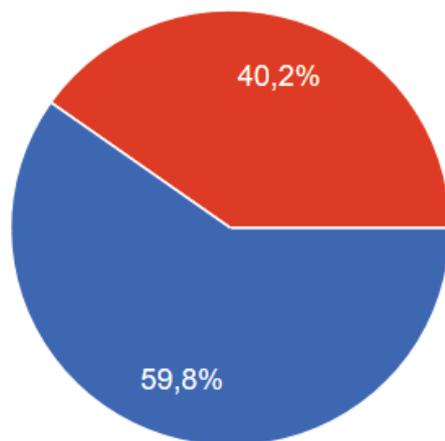
que responderam pensam que 80% não está efetivamente consciente ou está parcialmente consciente sobre a pandemia e os modos de enfrentamento. Outro dado importante, demonstrado pelo segundo gráfico é que muitos estabelecimentos comerciais não essenciais estão funcionando, com uma porcentagem significativa de 40% no conjunto dos dados. Os outros dois gráficos restantes desta série mostram que o uso de máscaras ainda não aparece como um hábito totalmente generalizado entre a população que sai à rua e que a presença de muitas pessoas nas ruas é a realidade de muitos lugares.

Os moradores do meu bairro têm consciência da importância do isolamento social e estão informadas da gravidade da situação do avanço do novo coronavírus?



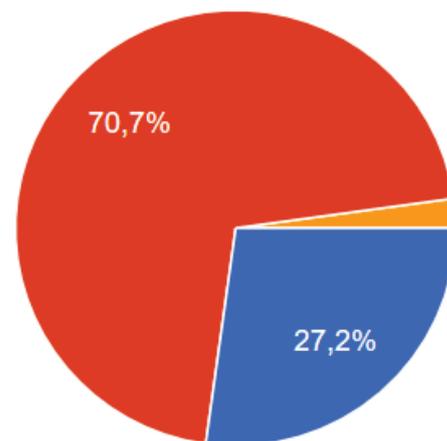
- Sim
- Parcialmente
- Não

No seu bairro estão funcionando apenas atividades comerciais essenciais (mercadinhos, padarias, farmácias)?



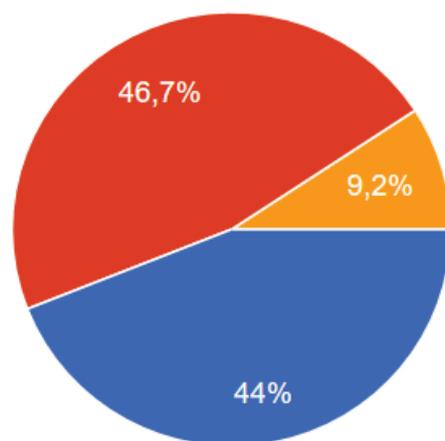
- Sim, somente as atividades essenciais estão funcionando
- Não, outros estabelecimentos comerciais estão funcionando normalmente

Os moradores do meu bairro vêm utilizando máscaras nas ruas?



- Sim
- Parcialmente
- Não

Quando você sai de casa, observa a presença de muitas pessoas nas ruas do seu bairro?



- Sim
- Parcialmente
- Não

Esses dados nos indicam que para além da garantia da sobrevivência, é necessário também o reforço na distribuição de materiais de proteção sanitária e na difusão da informação sobre os procedimentos de enfrentamento à pandemia. Verifica-se (para além de dados do questionário, mas também por relatos de moradores) que mesmo que haja em meios de comunicação de massa a difusão dos riscos e dos cuidados a serem tomados, ainda é grande a parcela da população que, por necessidade ou por desconhecimento, sai de casa sem qualquer tipo de proteção.

Os relatos via whatsapp de moradores dos bairros São Rafael, Santa Clara, São José, Colinas do Sul, em João Pessoa, e Tibiri, em Santa Rita, nos informaram que há a presença de muitas pessoas nas ruas e uma nítida despreocupação com os cuidados a serem tomados.

Na questão sobre se no bairro em que mora há pessoas que necessitam de auxílio emergencial, 70% responderam que sim. Segundo o gráfico abaixo, 51% das pessoas que responderam não precisam de auxílio socioeconômico, mas 49% necessitam parcialmente (15%) e integralmente desse auxílio (34%).

Do total de 184 respostas, quase 58,7% não pediram o auxílio de R\$600 do governo e 41,3% pediram.

Das 89 respostas que afirmaram ter solicitado o auxílio, nem todos conseguiram. Desses, conforme mostra a tabela abaixo, 55,1% conseguiram, 21,3% tem a sua solicitação ainda em análise e 23,6% tiveram sua solicitação reprovada.

Em uma questão de maior abrangência, perguntamos sobre a dimensão da necessidade de auxílios emergenciais no bairro em que vive o morador que respondeu o questionário. Aqui a proporção aumenta muito em relação ao gráfico sobre a necessidade de auxílio emergencial do governo por resposta. Embora essa questão carregue um teor subjetivo, a partir dela podemos colocar como hipótese de que a precarização da vida nesse momento nos bairros mais pobres seja mais aprofundada do que o que aparece nas estatísticas oficiais da demanda de auxílio na Caixa Econômica Federal. Há uma subnotificação das necessidades concretas, ainda mais que

nesse momento para além da garantia de alimentos, a população necessita do fornecimento de produtos de limpeza, higiene e proteção sanitária.

Diante desse quadro de necessidades sociais urgentes que se agrava nesse momento de avanço da pandemia nas cidades, uma última questão sobre as redes de solidariedade que estão atuando nos leva a algumas reflexões importantes. Na sequência dessa questão perguntamos se em caso de conhecer alguma ação de solidariedade desenvolvida no bairro, se o morador que respondeu a questão poderia listar as que conhecia.

Embora menos da metade dos moradores tendo respondido afirmativamente à questão se conhecia alguma ação de solidariedade em seu bairro (38% responderam que conhecem e 62% disseram não conhecer nenhuma), verificamos pelas respostas sobre quais ações uma grande diversidade delas. São ações promovidas por igrejas, pastorais, associações diversas, doações de amigos e conhecidos, ongs (por exemplo a Central Única de Favelas, de atuação nacional) e também uma atuação muito articulada de movimentos sociais.

Esses dados recolhidos através do questionário são indicadores para visualizarmos a realidade atual nos bairros, mas não são dados definitivos. Pesquisando sobre as ações de solidariedade por outros meios (jornais, redes sociais, debates nos canais da internet, conversa com lideranças de movimentos sociais) podemos constatar que ao mesmo tempo que os dados aqui recolhidos têm uma dificuldade em apontar a dimensão da precariedade vivida nesse momento, assim como a importância e capilaridade da ação das redes de solidariedade, eles indicam questões importantes que devem ser ressaltadas.

As redes de solidariedade aparecem nesse sentido desempenhando um papel fundamental nesse quadro de uma realidade extremamente precarizada. Desenvolveremos melhor esses apontamentos em informativos posteriores, quando poderemos trabalhar também melhor os dados recolhidos via questionário. Mas nos parece que, nesse momento em que a situação se agrava, as redes de solidariedade se colocam enquanto um esforço de grupos da sociedade que recuperam e constroem laços de so-

ciabilidade necessários para a preservação da vida de todos(as). Muitos dos movimentos sociais e entidades que estão atuando já atuam nas mais diversas causas cotidianamente, mas agora se mobilizam em conjunto para buscar a garantia da vida de uma grande parcela da população que nesse momento se vê tanto diante das carências mais urgentes e também do risco de exposição ao contágio do vírus. Em debates nas redes sociais da internet, sites e em informativos dos movimentos sociais mobilizados nas redes, se explicita uma questão importante que transforma qualitativamente o sentido dessas ações.

O conceito de solidariedade remete ao conteúdo do compartilhamento, do irmanamento, do lutar junto, da partilha entre iguais. A solidariedade não é nem filantropia, que é uma ação hierárquica, de quem tem mais para quem tem menos e nem caridade, que também é hierárquica e tem também um conteúdo ascético se tomado em termos religiosos. Ambas, a filantropia e a caridade, embora possam ser importantes enquanto ações pontuais de socorro a necessidades urgentes, elas não deixam de ser relações hierárquicas que não se colocam junto com os necessitados para lidar com as necessidades. Um apontamento nesse sentido é que grande parte das ações são organizadas e garantidas por movimentos sociais urbanos e rurais, portanto movimentos por direitos dos que são desprovidos de direitos, portanto os pobres, para aqueles também sem direitos que estão em situação de urgência para sobreviver. Assim, a solidariedade revela uma característica fundamental de ser uma ação de pobres para os pobres, o que recupera um conteúdo de classe trabalhadora, que vive do trabalho (mesmo que não tenha formalmente um trabalho) que se une e nesse momento constrói ou reconstrói laços necessários para a garantia da vida.

Em João Pessoa e região podemos citar as articulações da Rede Periferia Viva e Quarentena com Direitos, com movimentos como o MTD (Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos), o MST (Movimento dos Sem-Terra), as articulações promovidas pelo FERURB-PB (Fórum Estadual da Reforma Urbana), que reúne vários movimentos sociais como MNLM (Movimento Nacional de Luta

por Moradia), o MALC, o Mãos Dadas, e muitos outros movimentos e entidades, entre elas a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, também trabalhando junto a Secretarias do Desenvolvimento Humano e Secretaria das Mulheres, assim como junto ao MPF-PB, que também contribui com os movimentos sociais na articulação dessas redes de solidariedade

# Conclusão

A ideia de elaborar e divulgar um boletim informativo relatando as atividades do Projeto de Extensão “Direito à Cidade e as lutas pelo espaço urbano: necessidades radicais e utopia” é a de dar agilidade a uma interlocução de ideias e práticas de grupos acadêmicos da UFPB, de militantes dos movimentos sociais do FERURB-PB, de representantes do MPF-PB para contribuir no entendimento das urgências vividas pelas populações pobres e segregadas da cidade. O tempo da realidade é muito mais veloz que o tempo da produção de um pensamento sobre a realidade. Então, na tentativa de acompanhar o ritmo veloz dos acontecimentos e do agravamento da realidade de pandemia que vivemos nesse momento, apresentamos questões que construímos coletivamente, a partir de dados recolhidos e trabalhados na pressa da urgência e também por isso podem conter erros e equívocos. Todas as ideias apresentadas aqui estão abertas a questionamentos e ao debate, mas mesmo em função dessa condição, pretendem contribuir de alguma forma para enfrentarmos essa pandemia enquanto sociedade cujo valor principal deve ser a garantia da vida de todos. Acreditamos que essa é a motivação das redes de solidariedade que estão na frente das atividades de garantir o direito à vida a parcelas da população que mesmo antes da pandemia já sofriam todo tipo de violação de direitos e falta de direitos. A pandemia escancara as desigualdades e também as necessidades mais essenciais e coloca como urgência a criação de outras formas de sociabilidade urbana, em direção a uma cidade mais compartilhada e mais humana. Queremos por fim ressaltar que todo o trabalho do projeto de extensão é um trabalho coletivo, baseado num intenso debate entre alunos, professores, movimentos sociais e moradores da cidade.

**Coordenador:** Rafael Faleiros de Padua

**Diagramação:** Francisco Dantas Gadelha Júnior

**Revisão:** Ari Gledson Batista Ferreira

**Apoio técnico:** Lucas Gabriel Feitosa Dantas

**Organização dos conteúdos:** Rafael Faleiros de Padua, Francisco Dantas Gadelha Júnior, Maria Tatiana Pinho da Silva Santos, Lucas Gabriel Feitosa Dantas e Ari Gledson Batista Ferreira